

Regularização  
Fundiária no  
Estado de Roraima

---



# AUDIÊNCIA PÚBLICA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 901/19.



**Antonio Denarium**  
Governador do Estado

**Márcio Grangeiro**  
Diretor Presidente

1992

Lei 10.304/01  
*Transfere as terras*

2001

2009

Decreto 6.754/09  
*Regulamenta Lei 10.304/01*

Janeiro

Maio

TÍTULO DE DOAÇÃO INCRA  
*8 Glebas*

Convenio 752.449  
*MDA/GERR*

2010

Junho

LEI 11.949  
*NOVA REDAÇÃO Lei 10.304/01*

AÇÃO CIVIL  
PÚBLICA  
*MPF*

Jul/12

Decreto 8.586/15  
*UC Lavrados*

Dez/15

SET/17

Sentença  
*ACP/MPF*

2018

2 Glebas  
*Equador e Ereu*

2019

MP 901  
*TD's*

# REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Camara técnica

Jun/15

# SITUAÇÃO DAS GLEBAS

---



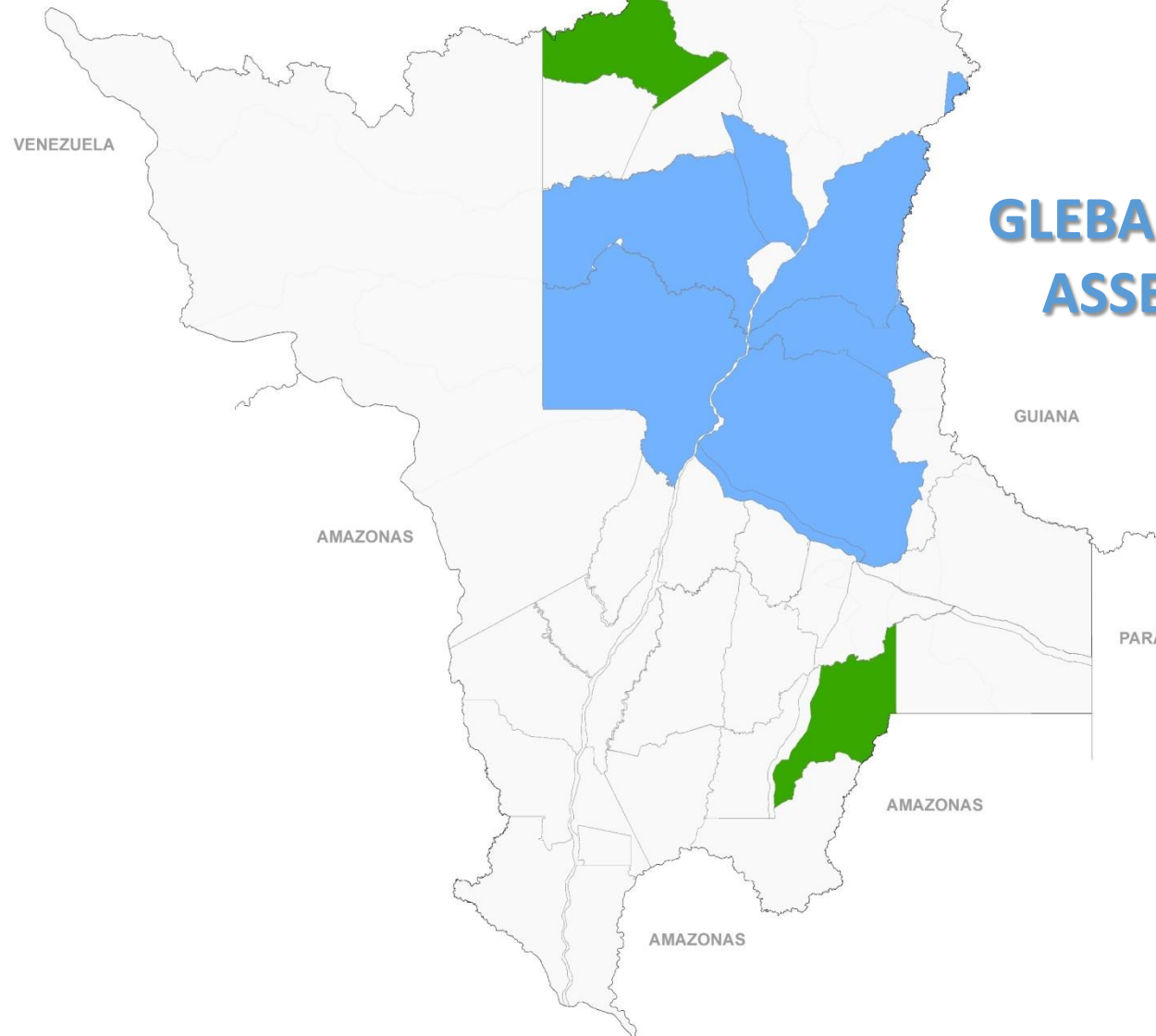




## GLEBAS TRANSFERIDAS SEM ASSENTIMENTO PRÉVIO



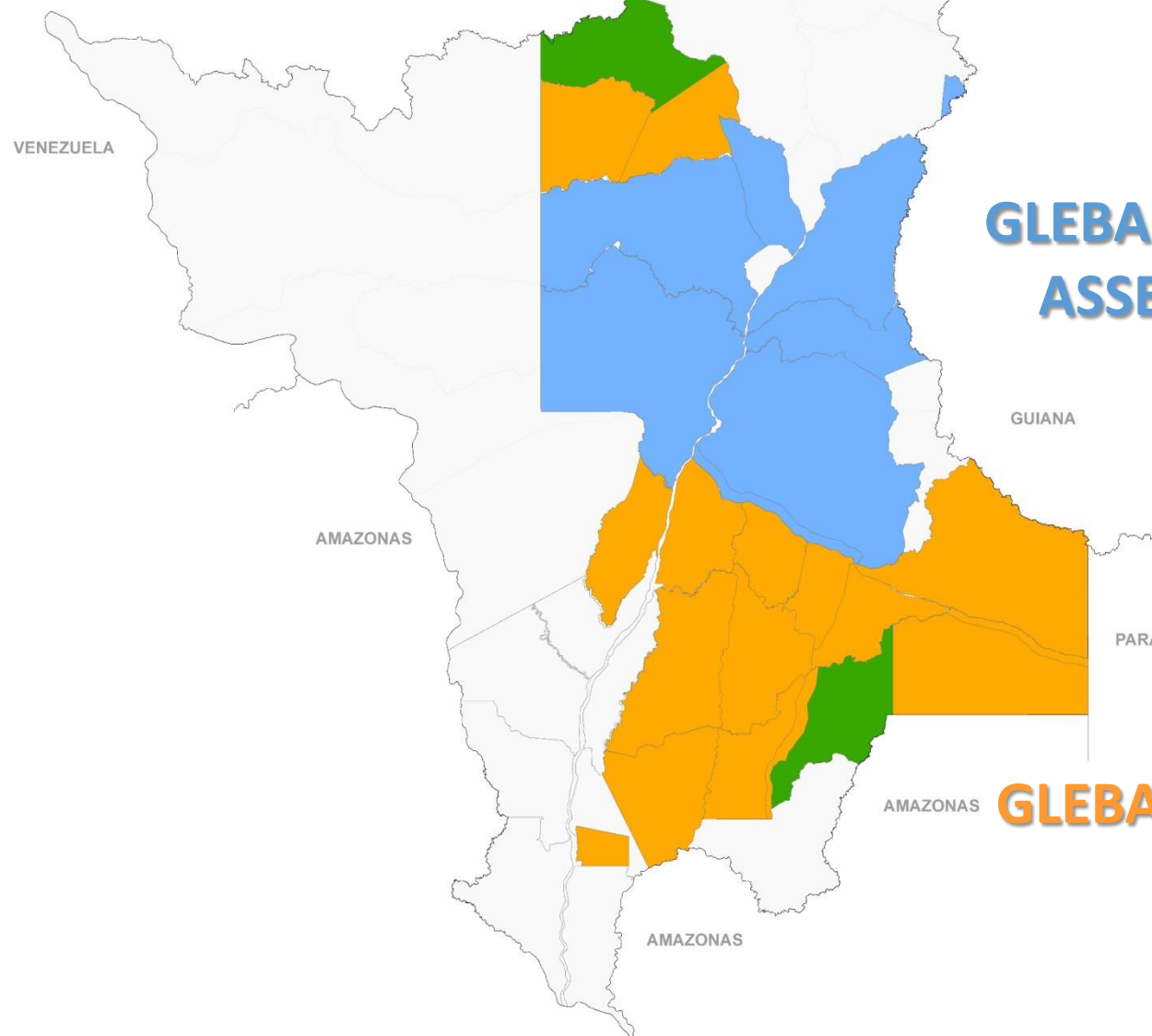
## GLEBAS TRANSFERIDAS COM ASSENTIMENTO PRÉVIO



## GLEBAS TRANSFERIDAS SEM ASSENTIMENTO PRÉVIO



## GLEBAS TRANSFERIDAS COM ASSENTIMENTO PRÉVIO



## GLEBAS TRANSFERIDAS SEM ASSENTIMENTO PRÉVIO

## GLEBAS NÃO TRANSFERIDAS



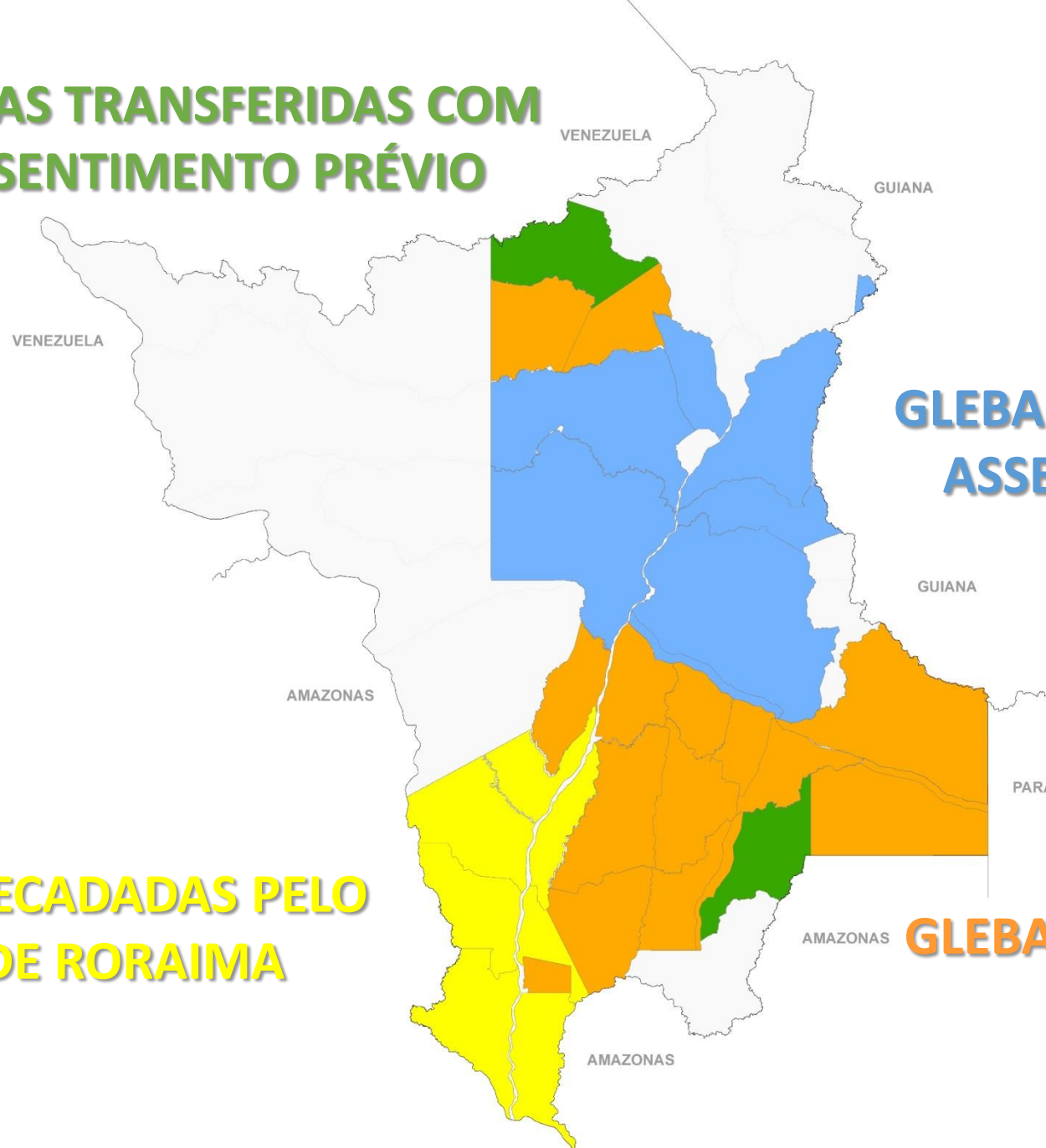


**GLEBAS TRANSFERIDAS COM  
ASSENTIMENTO PRÉVIO**

**GLEBAS TRANSFERIDAS SEM  
ASSENTIMENTO PRÉVIO**

**GLEBAS ARRECADADAS PELO  
ESTADO DE RORAIMA**

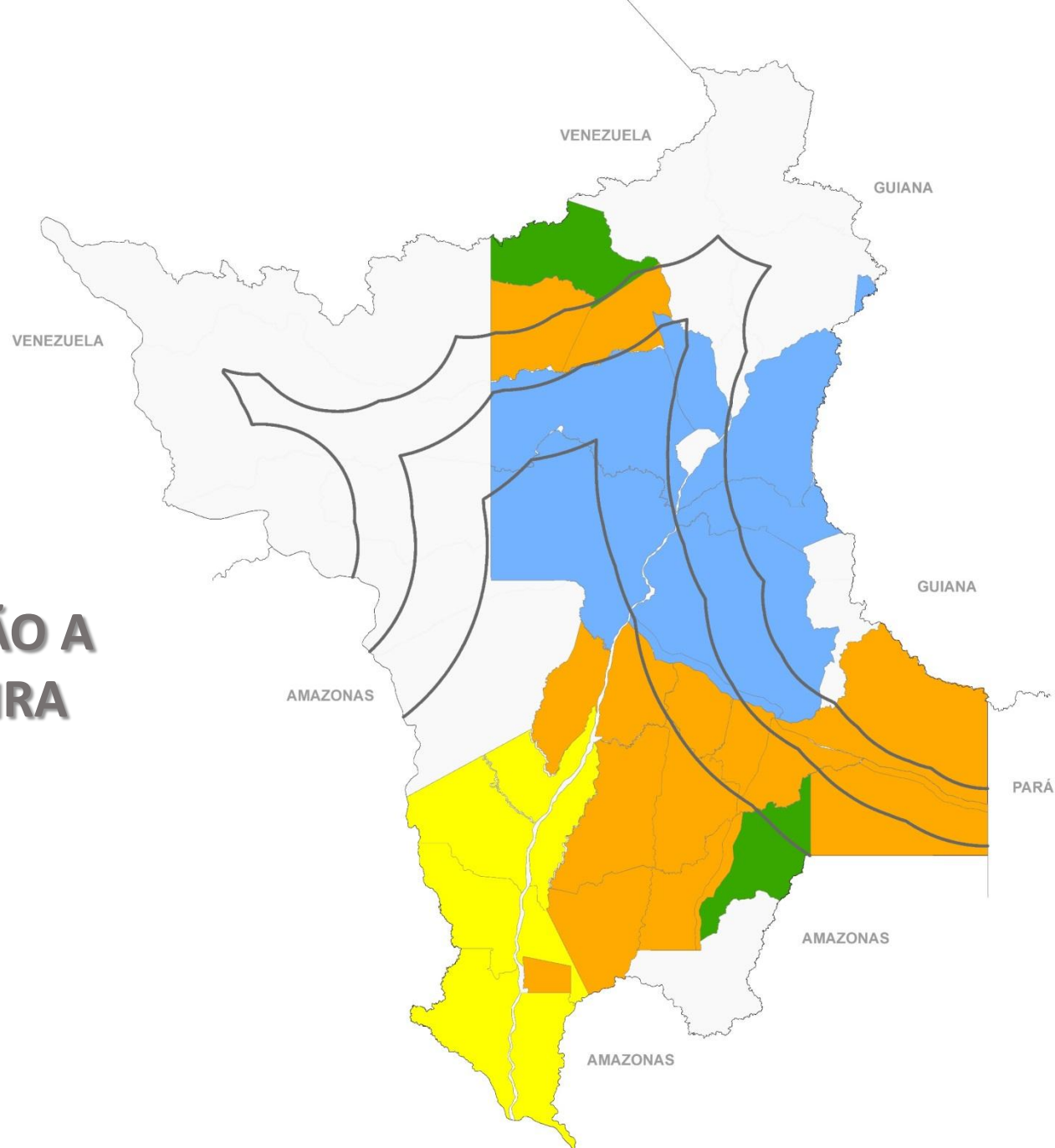
**GLEBAS NÃO TRANSFERIDAS**







## GLEBAS EM RELAÇÃO A FAIXA DE FRONTEIRA



# ÁREAS PROTEGIDAS

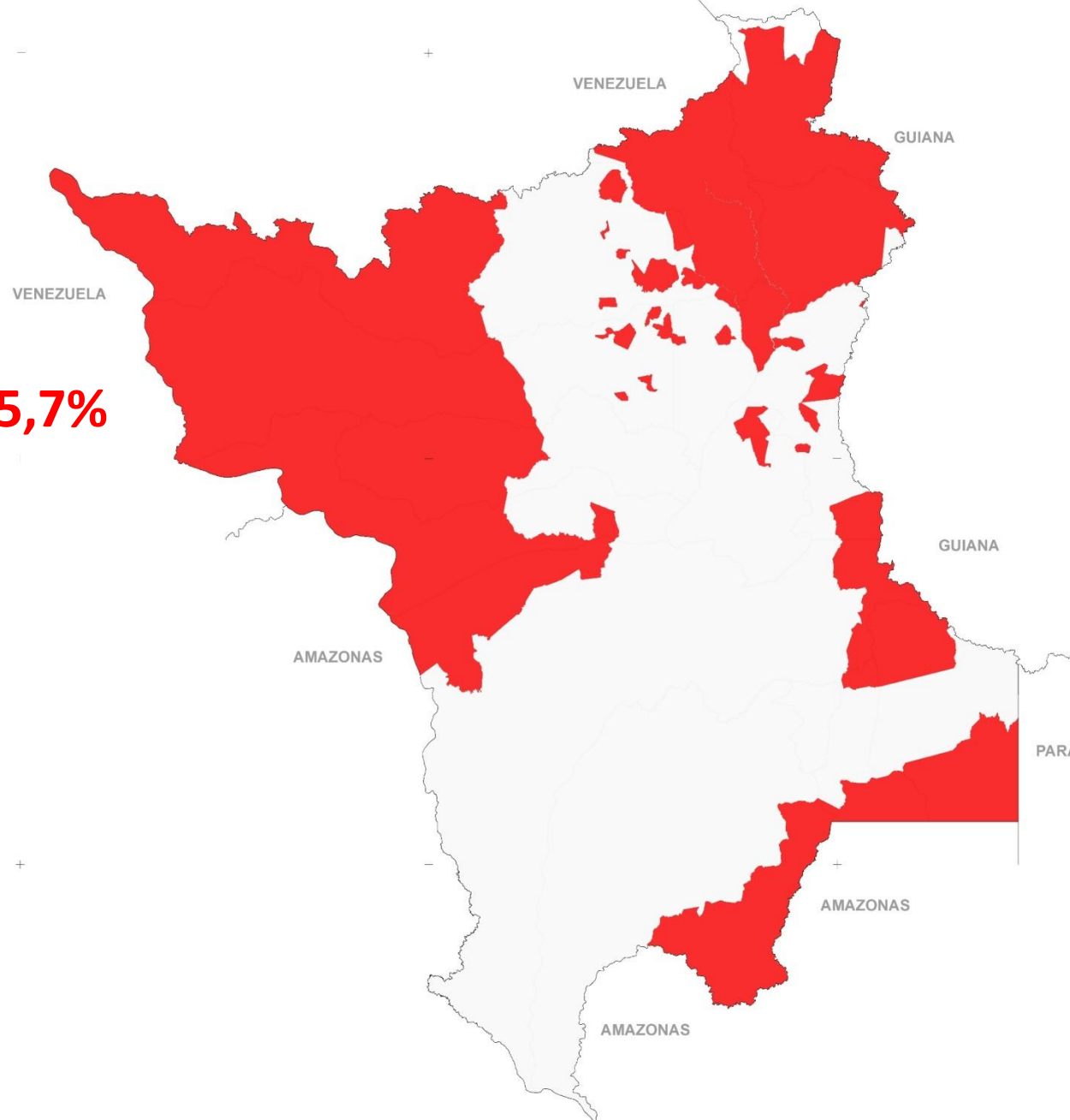
---





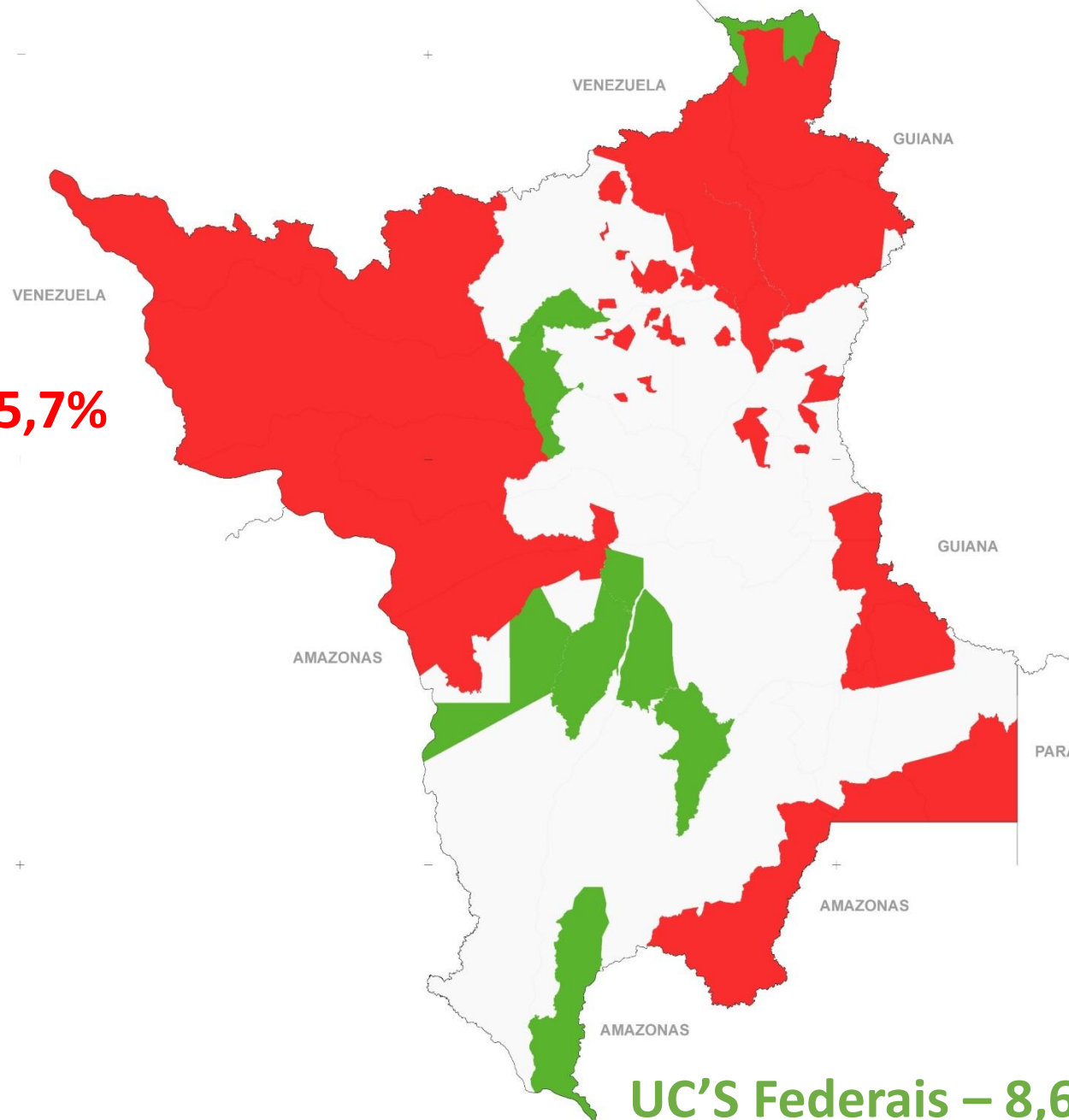


**TERRA INDÍGENA – 45,7%**





**TERRA INDÍGENA – 45,7%**

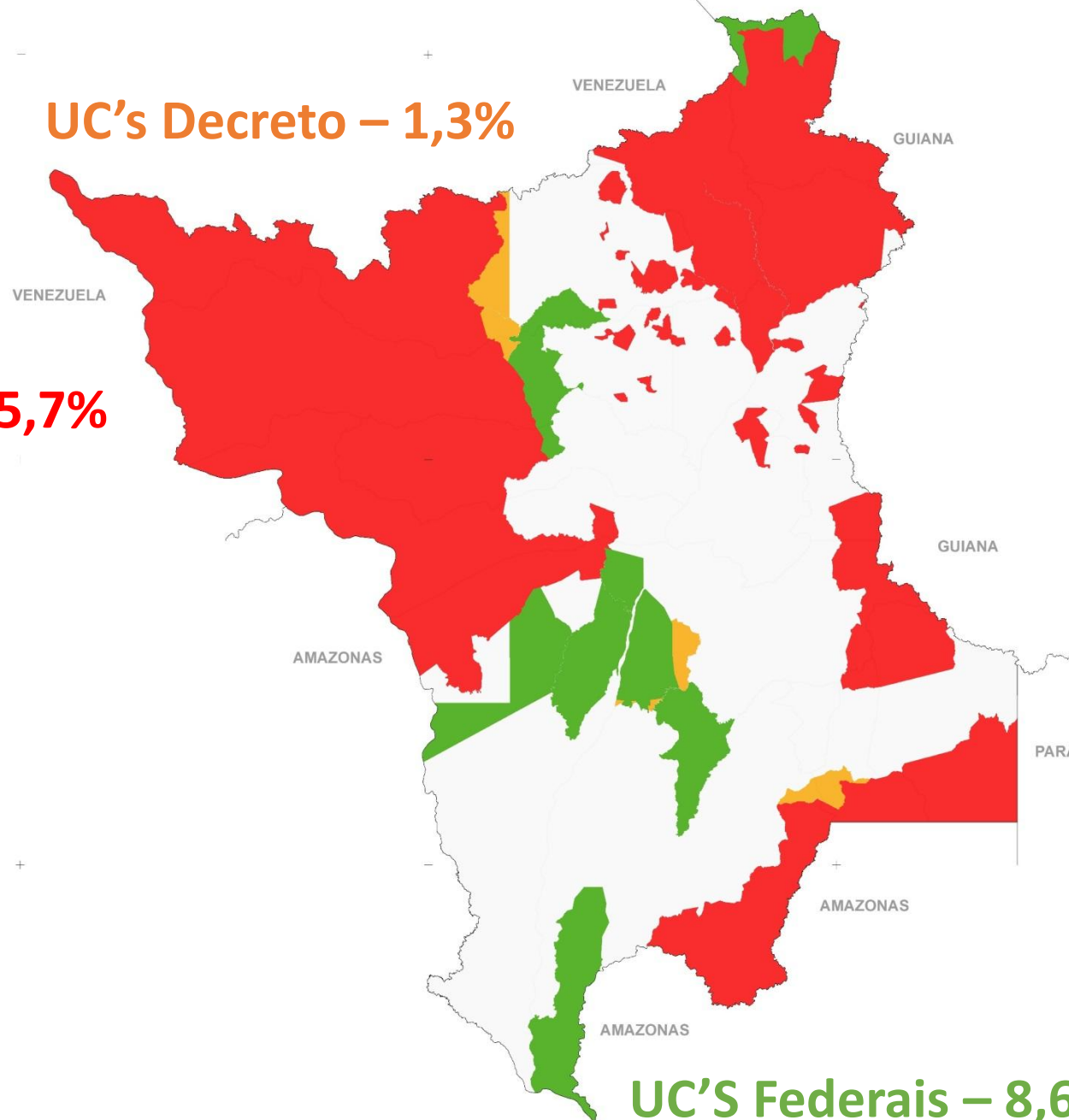


**UC'S Federais – 8,6%**



UC's Decreto – 1,3%

TERRA INDÍGENA – 45,7%



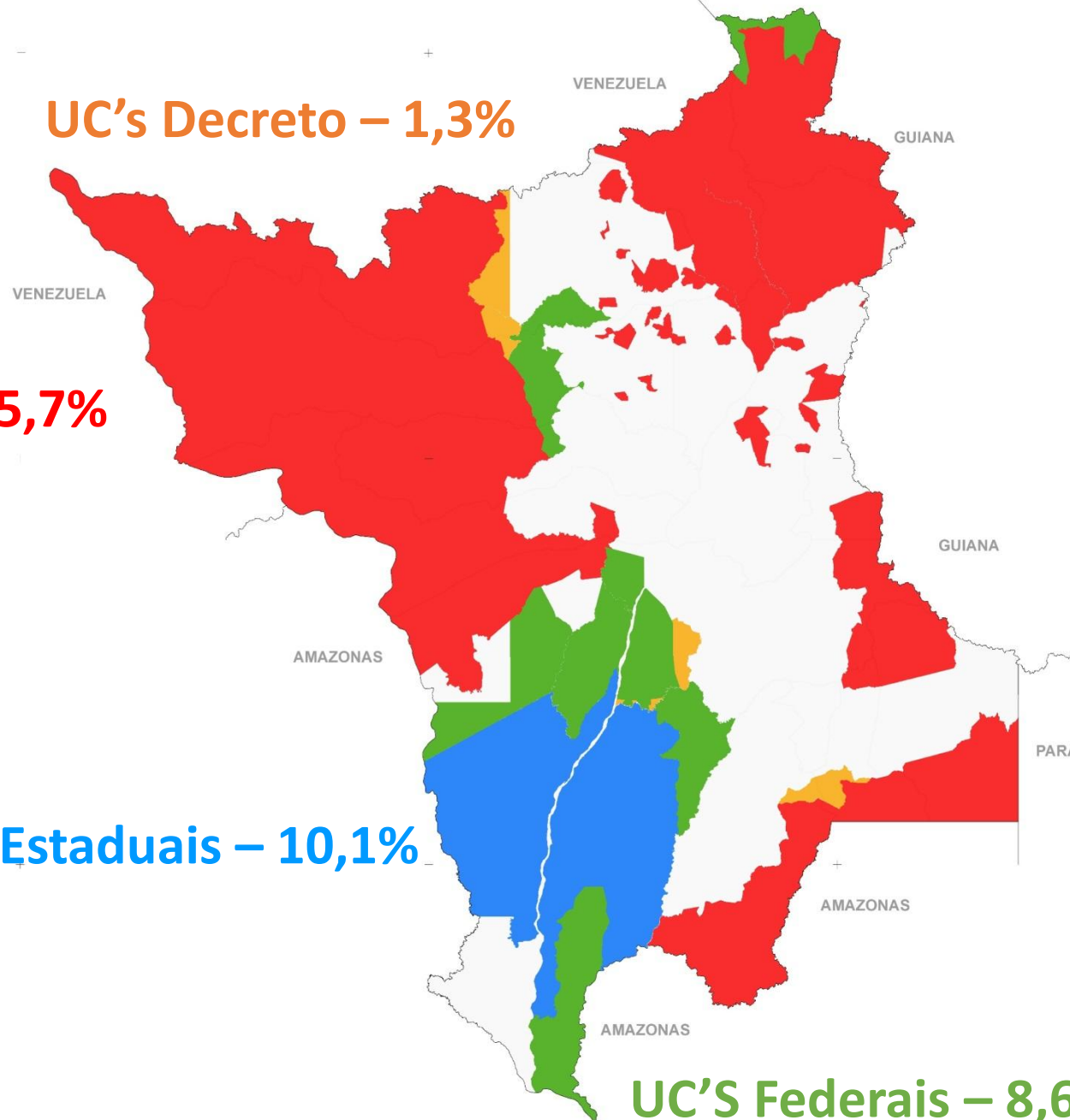


UC's Decreto – 1,3%

TERRA INDÍGENA – 45,7%

UC's Estaduais – 10,1%

UC'S Federais – 8,6%







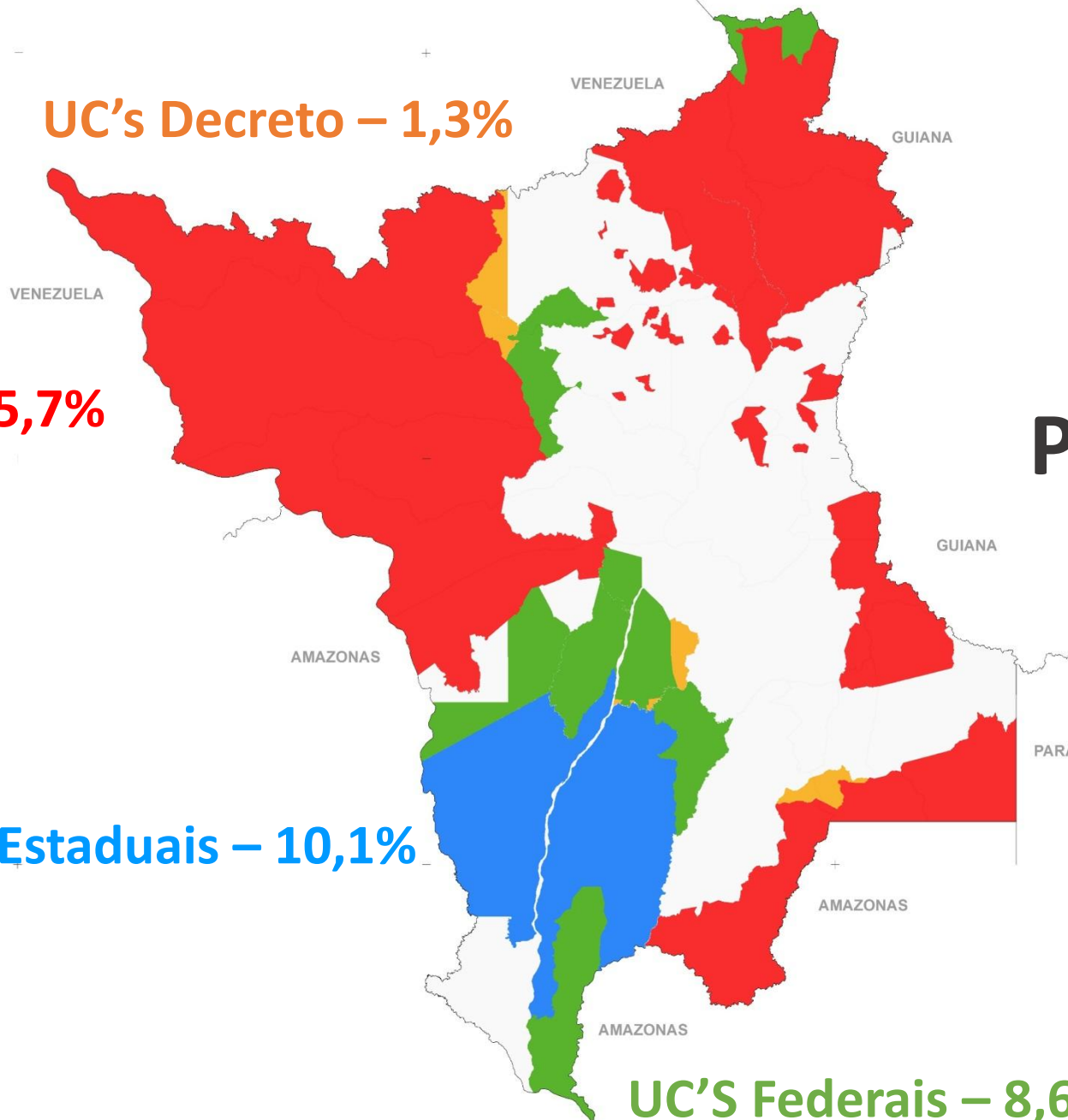
UC's Decreto – 1,3%

TERRA INDÍGENA – 45,7%

65,7% DE  
ÁREAS  
PROTEGIDAS

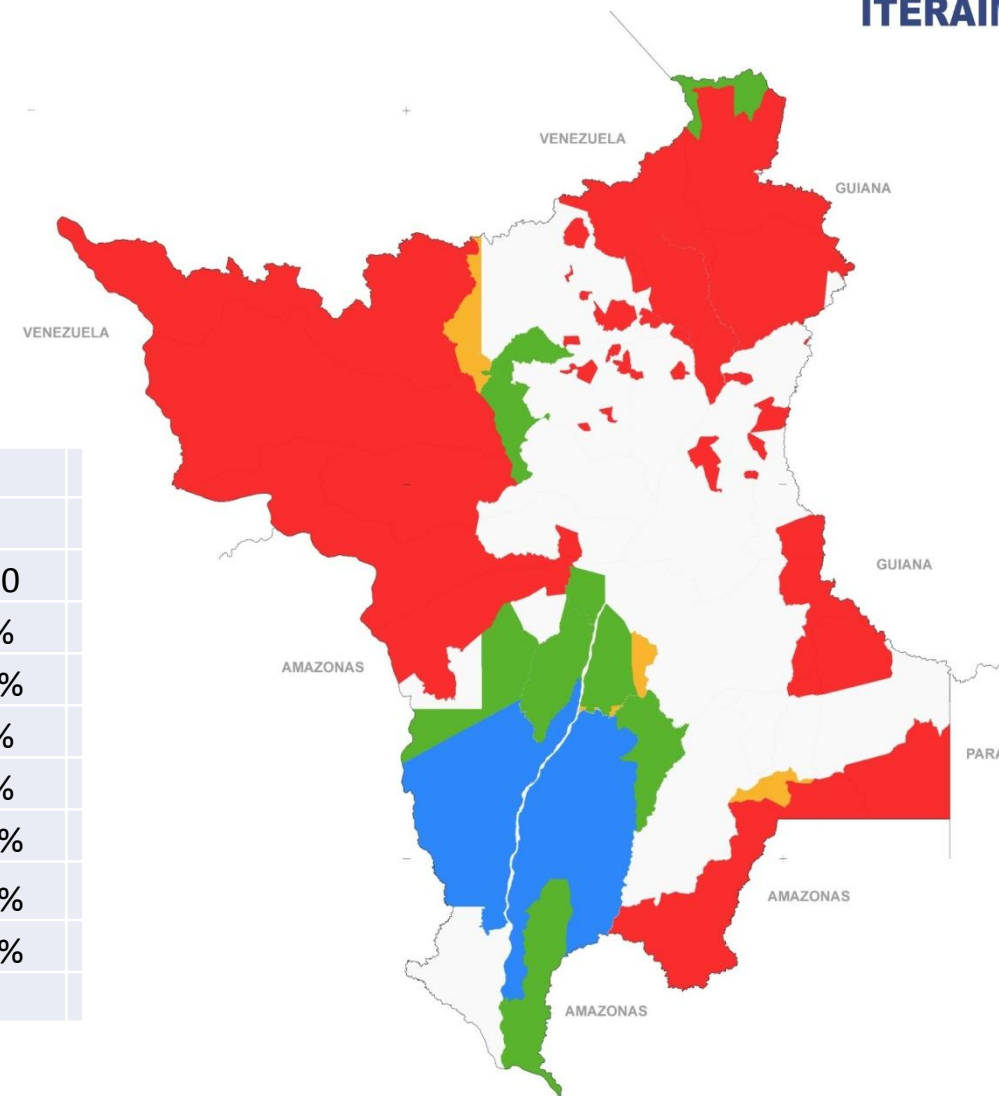
UC's Estaduais – 10,1%

UC'S Federais – 8,6%





DESCRIÇÃO	ÁREA - ha	%
(A) Área de Roraima	22.430.247,67	100,0
(B) Área Militar	274.285,45	1,2%
(C) Terra Indígena*	10.243.559,83	45,7%
(D) Unidades de Conservação Federais Instituídas	1.933.167,60	8,6%
(E) Unidades de Conservação Federais (Decreto 6.754/09)	294.045,62	1,3%
(F) Unidades de Conservação Estaduais (Recategorização)	2.265.227,37	10,1%
Total de Área Protegida (C+D+E+F)	14.736.000,42	65,7%
Total de Área Remanescente para Uso	7.694.247,25	34,3%





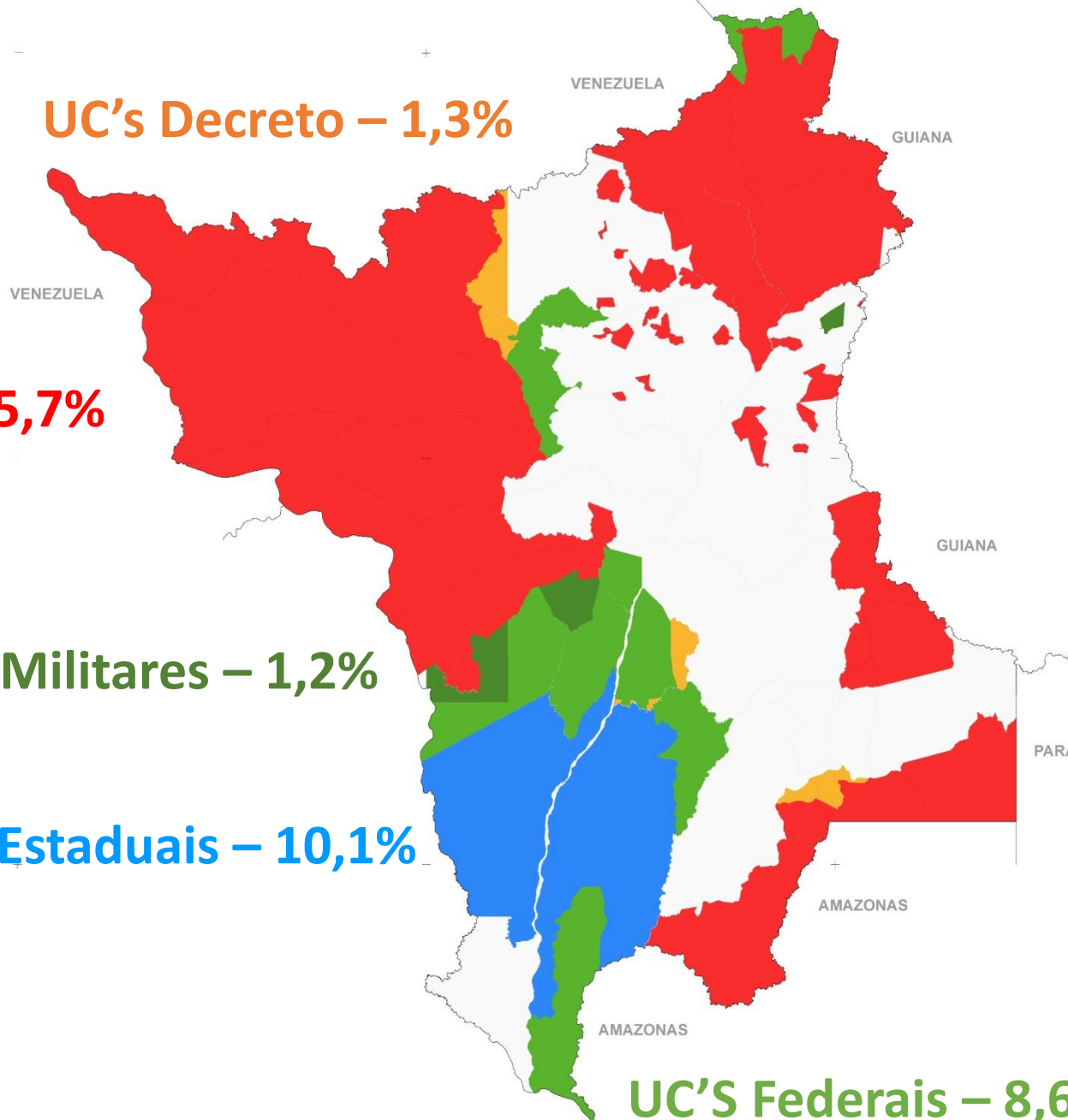
UC's Decreto – 1,3%

TERRA INDÍGENA – 45,7%

Áreas Militares – 1,2%

UC's Estaduais – 10,1%

UC'S Federais – 8,6%





**TERRA INDÍGENA – 45,7%**

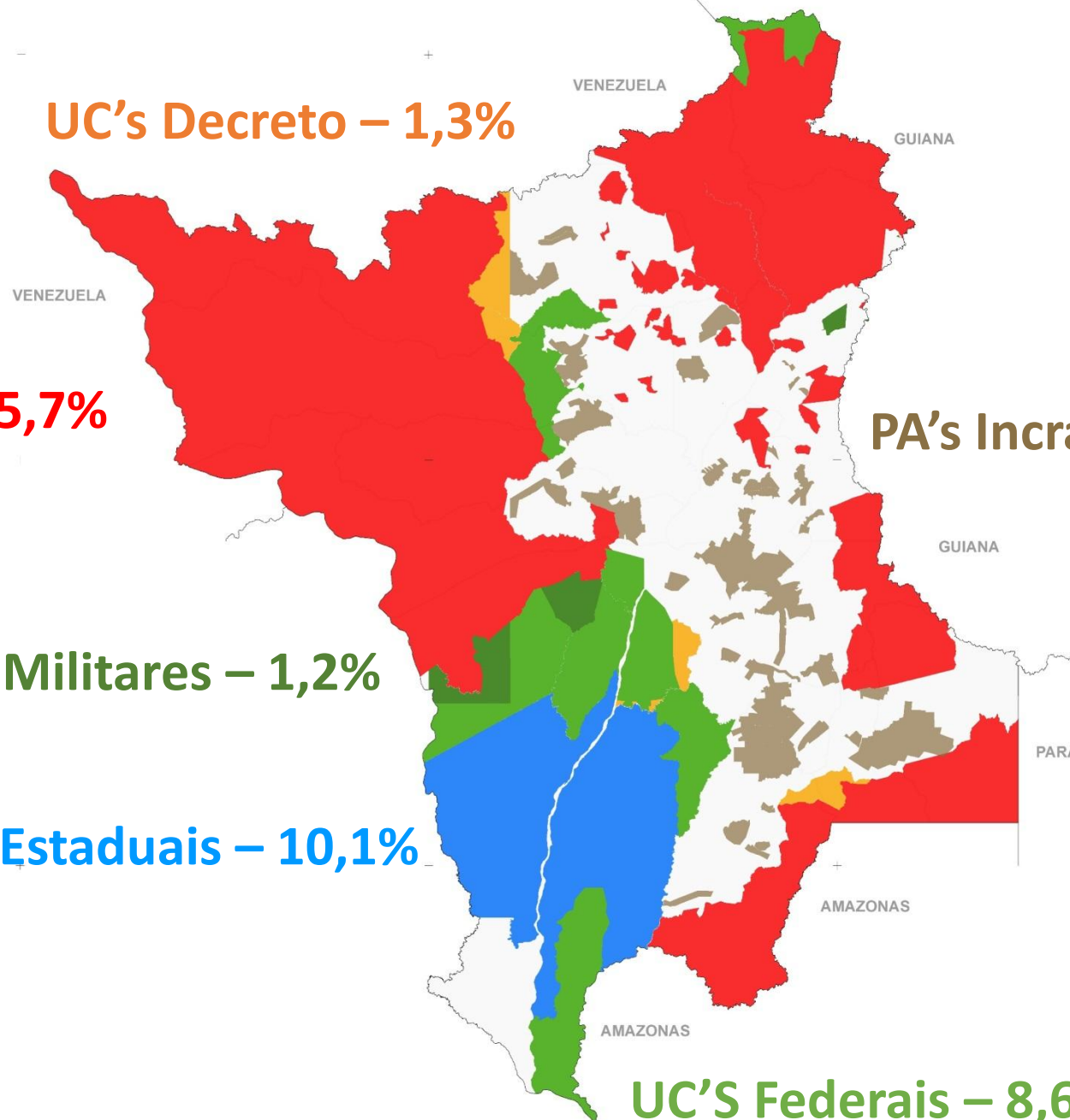
**UC's Decreto – 1,3%**

**Áreas Militares – 1,2%**

**UC's Estaduais – 10,1%**

**PA's Incra – 5,5%**

**UC'S Federais – 8,6%**





UC's Decreto – 1,3%

TERRA INDÍGENA – 45,7%

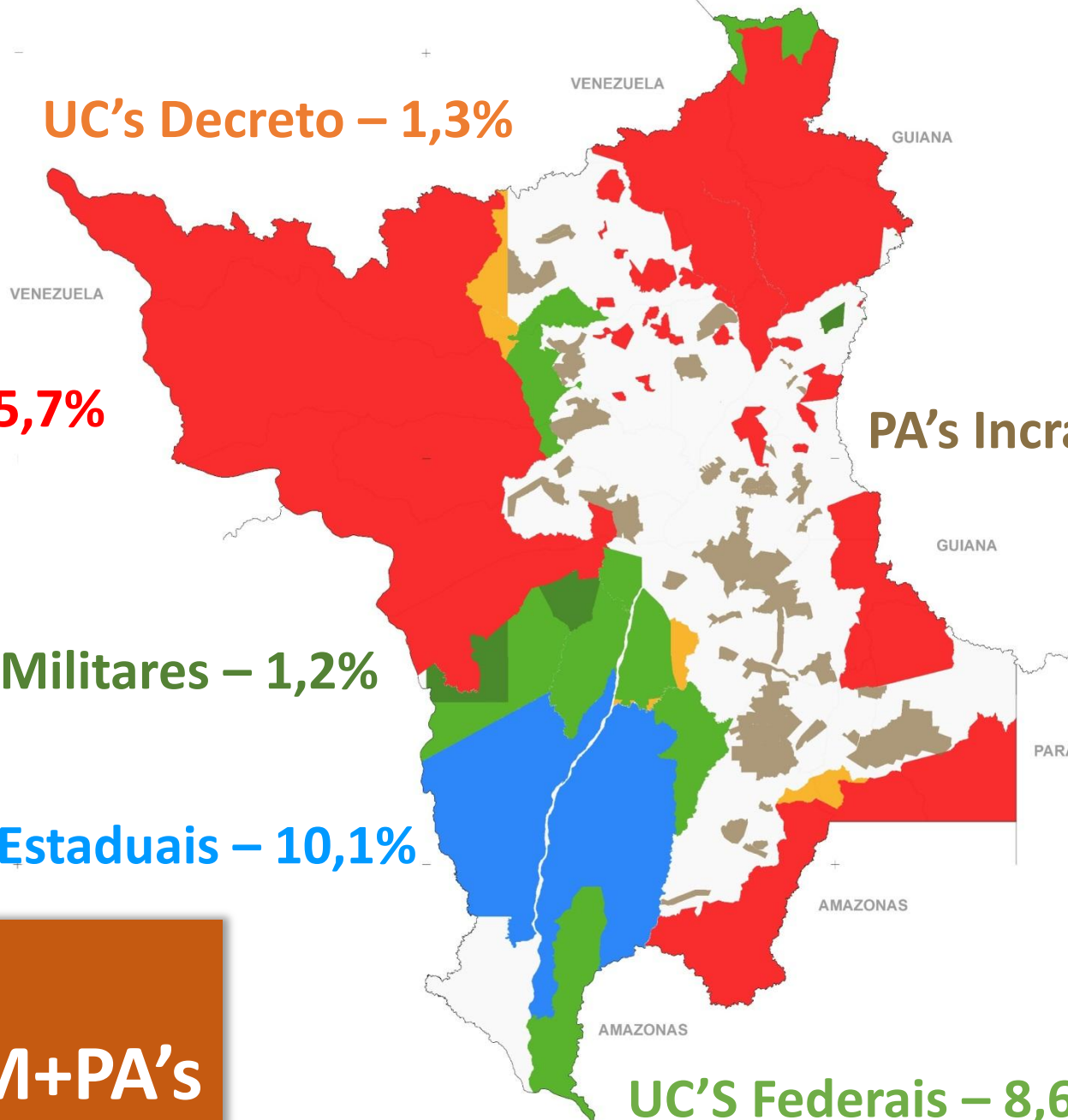
PA's Incra – 5,5%

Áreas Militares – 1,2%

UC's Estaduais – 10,1%

72,4%  
UC's+TI's+AM+PA's

UC'S Federais – 8,6%





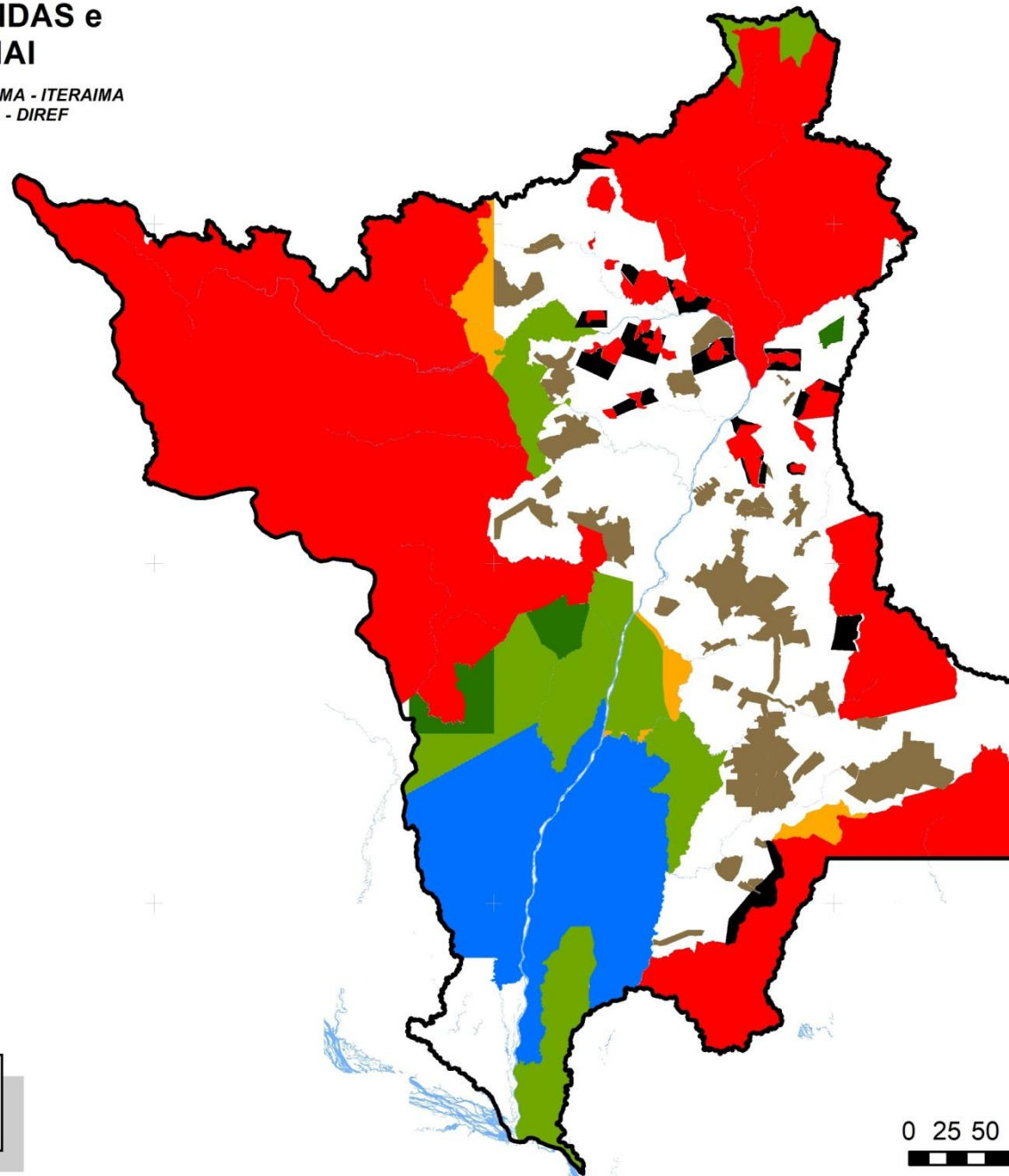
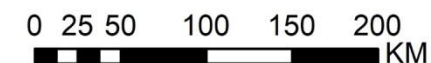
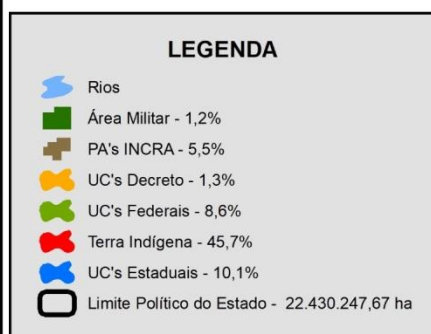


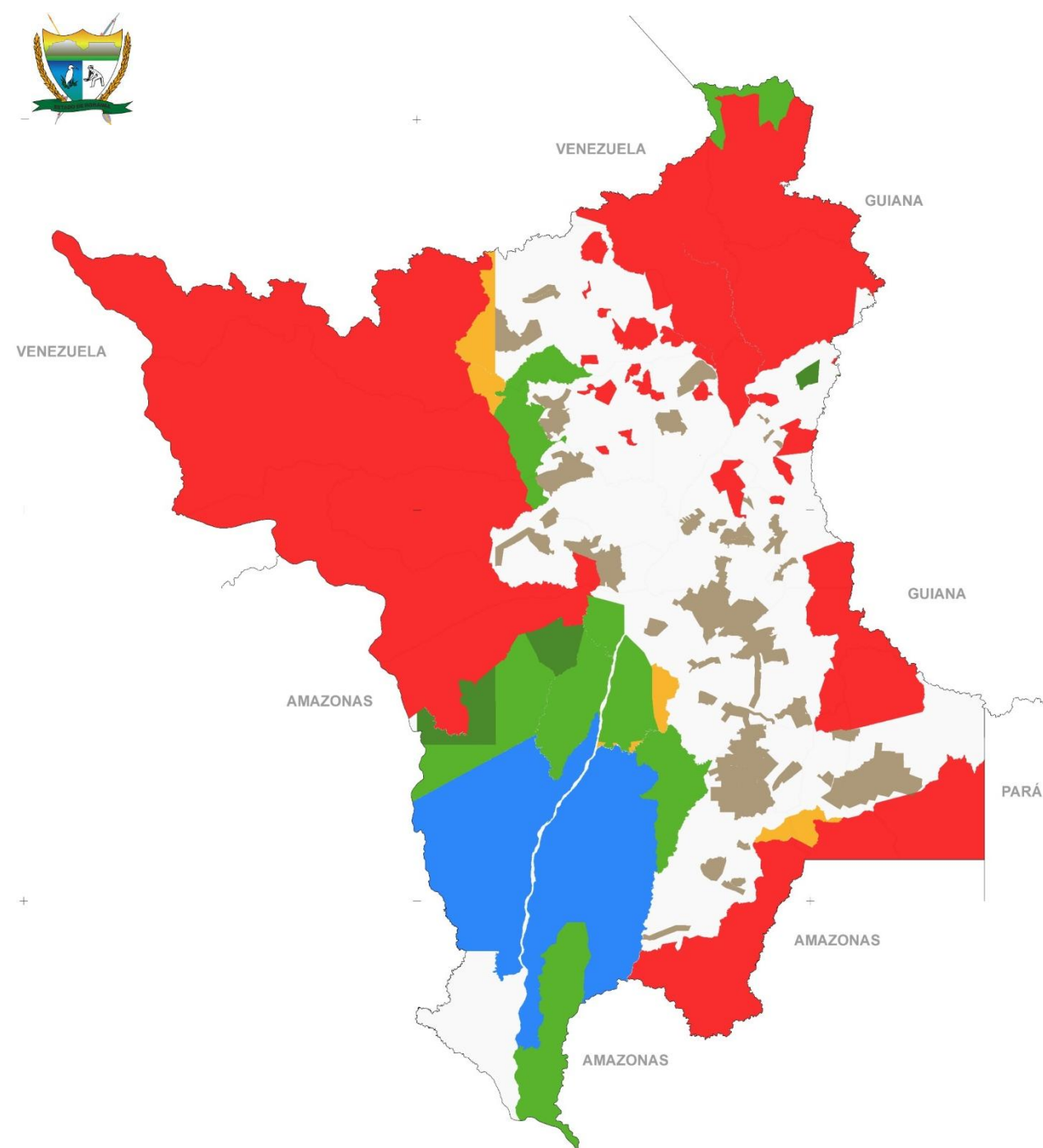
# MAPA DAS ÁREAS PROTEGIDAS e DE INTERESSE DA FUNAI

INSTITUTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO DE RORAIMA - ITERAIMA  
DIRETORIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - DIREF



SIRGAS2000  
MC: 63°W





DESCRIÇÃO	ÁREA - ha	%
Área Remanescente	7.419.961,80	34,3
Área Impróprias	586.176,98	2,6%
Área Aproveitável	6.833.784,82	30,5%
<b>CERRADO</b>		
Área de Cerrado no Estado	3.618.954,94	16,1%
Cerrado em Terra Indígena	2.022.908,28	9,0%
Cerrado em Área Militar	21.157,70	0,1%
Cerrado Remanescente	1.574.888,96	7,0%
<b>FLORESTA</b>		
Área de Floresta no Estado	16.646.096,98	74,2%
Floresta em Terra Indígena	8.244.905,81	36,8%
Floresta em Unidade de Conservação	3.027.526,19	13,5%
Floresta em Área Militar	217.072,01	1,0%
Floresta Remanescente	5.156.592,97	23,0%
<b>ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE</b>		
APP	740.463,01	11,0%
<b>RESERVA LEGAL</b>		
Reserva Legal Cerrado	551.211,14	35,0%
Reserva Legal Floresta	4.125.274,37	80,0%
<b>ÁREA LÍQUIDA PARA AGROPECUÁRIA</b>		
Área Líquida de Cerrado	1.023.677,82	4,6%
Área Líquida de Floresta	1.031.318,59	4,6%
<b>TOTAL</b>	<b>2.054.996,42</b>	<b>9,2%</b>





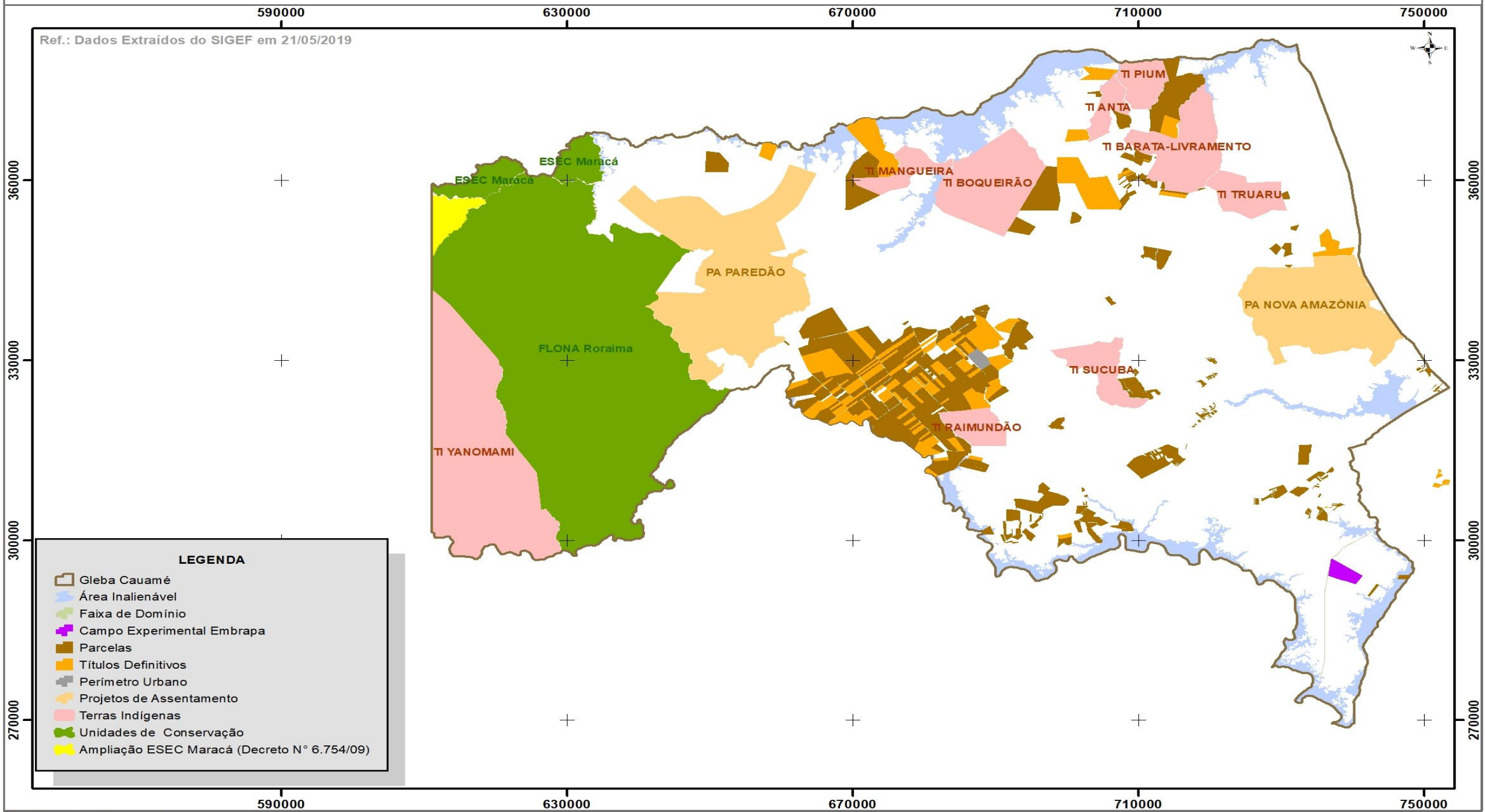
# EXCLUSÕES DOS DESTAQUES

---

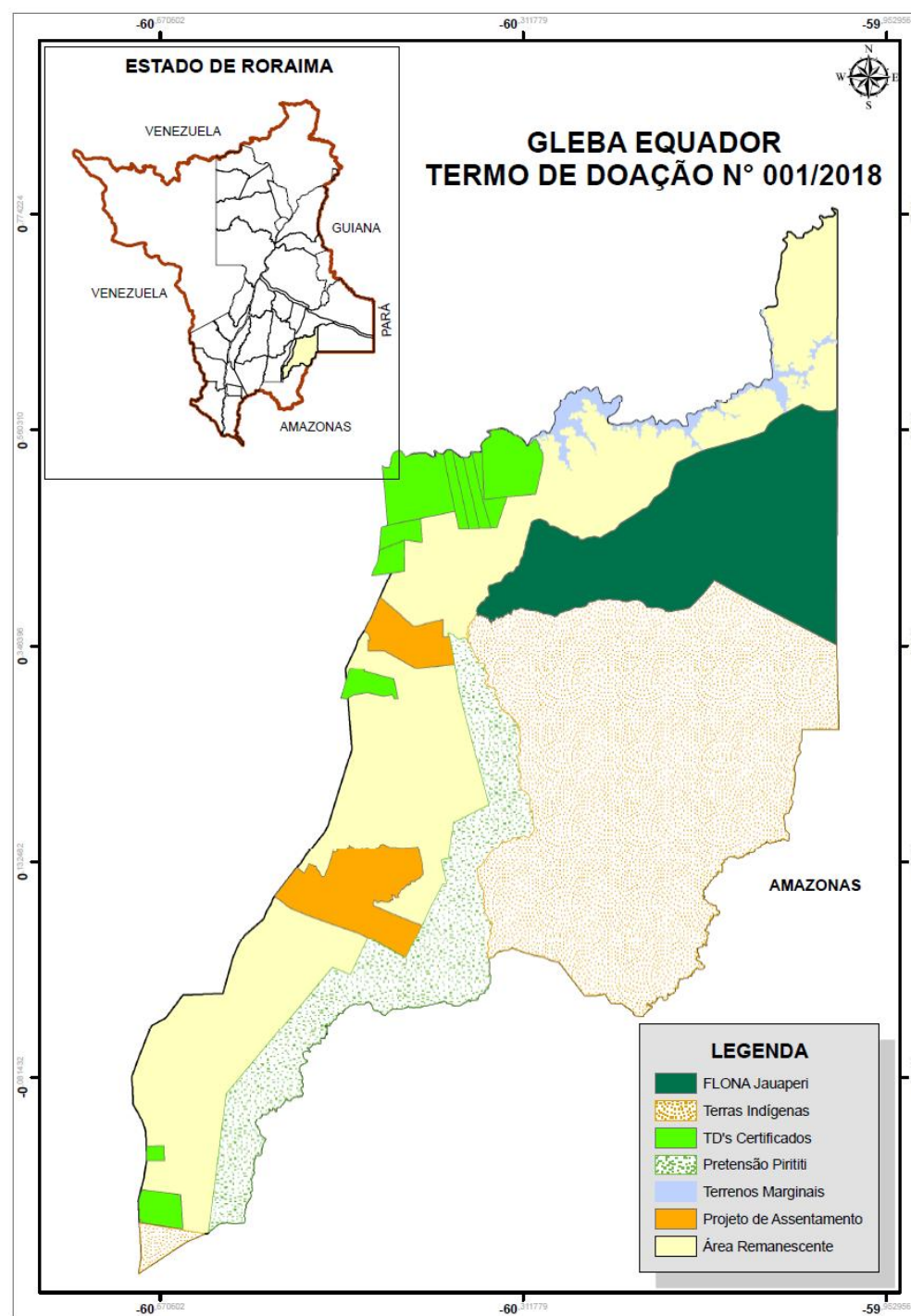
GLEBA  
CAUAMÉ  
EQUADOR  
EREU

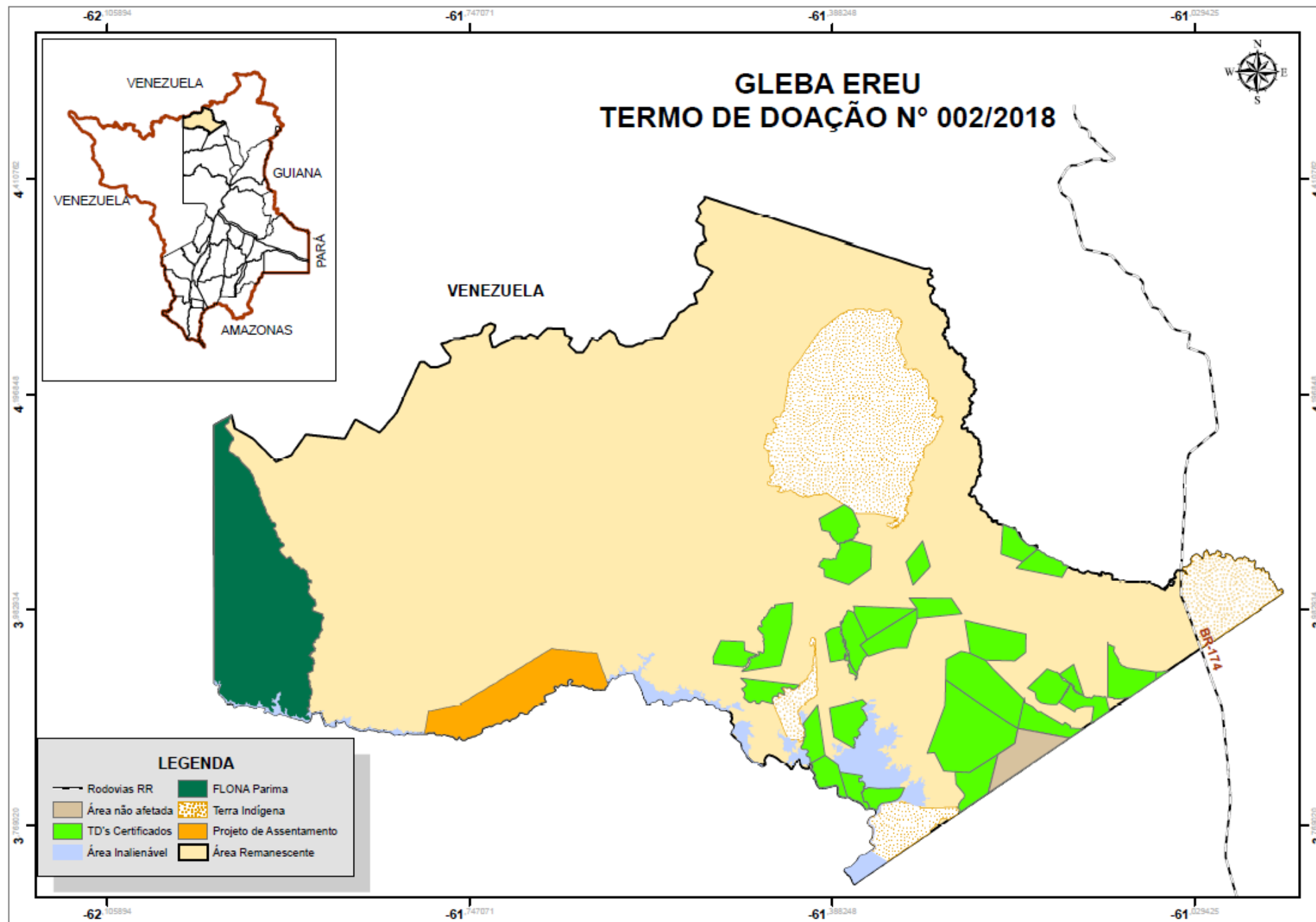


Ref.: Dados Extraídos do SIGEF em 21/05/2019









MP 901

---

05/11/2019





# MP 901/19



**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A [Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º .....

VI - as áreas objeto de títulos originariamente expedidos pela União e que tenham sido registrados nos respectivos cartórios de registros de imóveis.

Parágrafo único. Ficam resguardados os direitos dos beneficiários de títulos expedidos pela União, não registrados no cartório de registro de imóveis, observado o cumprimento de eventuais condições resolutivas.” (NR)

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.





TÍTULO DEFINITIVO que OUTORGA o  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO  
E REFORMA AGRÁRIA — INCRA, ao  
Sr. EURICO MESQUITA MACHADO, 1.  
citante vencedor na Concorrên-  
cia INCRA/CFR-RR/Nº 003/80.

O INCRA — INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA  
AGRÁRIA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970,  
e tendo em vista as disposições do artigo 100 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro  
de 1964, artigos 25 alínea «g» e 51 do Decreto nº 68.153, de 1º de fevereiro de 1971,  
neste ato representado pelo seu Presidente, considerando o que consta do Processo  
Administrativo PFBV Nº 234/ 75 OUTORGA a EURICO MESQUITA  
MACHADO, brasileiro, casado, agricultor, filho de Manoel  
Rodrigues Machado e Bertulina Mesquita Machado, o título definitivo  
do imóvel denominado "RANCHO DO SINHO", na Gleba Cauame

situad o no Município de Boa Vista-Território ,xxxx Federal de  
Roraima .x.x.x.x.x., conforme transcrição no Registro de Imóveis da Comarca  
de Boa Vista - T. F. de Roraima , sob nº 1.187 , às fls. 287  
do Livro 2-D , transmitindo o domínio e demais direitos dele decorrente, livre  
de quaisquer ônus. O imóvel tem área de 673,2536 ha ( seiscentos e  
setenta e três hectares, vinte e cinco ares e trinta e  
seis centiares.x

, com os limites e confrontações seguintes:  
NORTE: com a posse "Macaiba"; SUL: com a posse "São Pedro";  
LESTE: com a margem direita do Ig. Serrinha e a OESTE, com  
a estrada municipal do Taiano.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x  
.x.



# MEMORIAL DESCRITIVO

ESTADO: TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA MUNICIPIO: BOA VISTA

IMÓVEL:

GLEBA: CAUAME

PERÍMETRO - 11.221,79m.

LOTE: RANCHO DO SENHÓ

ÁREA: 673,2536 ha

INSTRUMENTO: TEODOLITO REPETIDOR SOKKISHA TM-100

MÉTODO EMPREGADO: POLIGONOMÉTRICO ESTADIMÉTRICO

## LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE: COM A POSSE "MACAÍBA", POR UMA LINHA RETA, DO MARCO 02 AO MARCO 03.

ESTE: COM A MARGEM DIREITA DO IGARAPÉ SERRINHA, DO MARCO 03 AO MARCO 04, COM A ESTRADA MUNICIPAL DO TAIANO, DO MARCO 04 AO MARCO 05, ATRAVESSA A ESTRADA, DO MARCO DO MARCO 05 AO MARCO 06 POR UMA LINHA RETA, E COM A POSSE SÃO PEDRO, DO MARCO 06 AO MARCO 05-A.

SUL: COM A POSSE SÃO PEDRO, POR UMA LINHA RETA, DO MARCO 05-A AO MARCO 04-A.

OESTE: COM A ESTRADA MUNICIPAL DO TAIANO, DO MARCO 04-A, AO MARCO 07, ATRAVESSA A ESTRADA, DO MARCO 07 AO MARCO 01, E COM A POSSE NOSSA SENHORA APARECIDA, POR UMA LINHA RETA, DO MARCO 01 AO MARCO 02.





1ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA  
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

4170

01

01

MATRÍCULA Nº	MATRÍCULA - REGISTROS E AVERBAÇÕES	ANOTAÇÕES
4170	<p><b>MATRÍCULA Nº 4170.</b></p> <p><b>IMÓVEL:</b> Área de terras rural denominada "Rancho do Sinho", situada na Gleba Cauamé, neste Município e Território, com [REDACTED] s.</p> <p>[REDACTED]</p> <p>[REDACTED]</p> <p>[REDACTED]</p> <p>[REDACTED]</p> <p>[REDACTED]</p> <p>[REDACTED]</p> <p>[REDACTED]</p> <p>[REDACTED]</p> <p>[REDACTED]</p> <p>[REDACTED]</p> <p>[REDACTED]</p> <p>[REDACTED] Senhora Aparecida, por uma linha reta, do marco 01 ao marco 02. <u>Proprietária:</u> UNIÃO FEDERAL, representada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, conforme registro feito às fls. 287 do Livro 2-D, sob nº 1187. A presente Matrícula é reprodução da Matrícula de mesmo número, feita em 09.12.82, às fls. 45 do antigo Livro nº 2-P/Registro Geral, deste Cartório. Dou fê. Boa Vista-RR, 27 de maio de 1991.</p> <p><i>Neri de Faria Albinoz</i></p> <p>Neri de Faria Albinoz Oficial em Exercício</p>	<p>Vide Reserva Legal AV. 4.</p>





## INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA



## 01 - CARACTERÍSTICAS DO TÍTULO

ESPÉCIE

TÍTULO DE PROPRIEDADE, SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA

\*ALTERAÇÃO\*

Nº DO TÍTULO

DATA

LOCAL DE EMISSÃO

UF

PROCESSO ADMINISTRATIVO

04/10/89

BOA VISTA

RR

23000 01626 83

ÓRGÃO GESTOR

Nº DO MICROFILME

PF RORAIMA (BOA VISTA)

89 174 01924

## 02 - OUTORGANTE

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, AUTARQUIA FEDERAL, CRIADA PELO DECRETO-LEI Nº 1110, DE 9/7/70, E ALTERADA PELA LEI Nº 7231, DE 23/10/84.

## 03 - OUTORGADO

EDMILSON LOPES DA SILVA

PROFISSÃO/ATIVIDADE PRINCIPAL

ESTADO CIVIL

Nº DO DOC. DE IDENTIFICAÇÃO

TIPO DO DOC. DE IDENTIFICAÇÃO

UF

AGRICULTOR

CASADO

16100

CART. IDENTIDADE

RR

NACIONALIDADE/PAÍS DE ORIGEM

DATA DE NASCIMENTO

CPF/CBIC

Nº DE IC8

BRASILEIRO

19/01/46

296891047 72

## 04 - FUNDAMENTOS LEGAIS DA TITULAÇÃO

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEI 4504/64 E LEI 4947/66, DECRETO-LEI: 2375/87  
ASSENTIMENTO PREVIO DA SG/CSN, ATRAVES DO OFICIO  
NUMERO 01148/5A-SC/02435 DE 24/11/80

## 05 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

DENOMINAÇÃO

CÓDIGO DO IMÓVEL RURAL

ZONA RURAL

000/0010

031011 045250 0

SITUAÇÃO DO IMÓVEL

MUNICÍPIO DA SEDE DO IMÓVEL

UF

ÁREA

ZONA RURAL

BOA VISTA

RR

ÁREA POR EXTENSO

DEZESSEIS HECTARES, DEZOITO ARES E QUATORZE CENTIARES





## MEMORIAL DESCRITIVO

LOTE. [REDACTED] ÁREA (m²) [REDACTED] ha PERÍMETRO (m) 2.569,39

GLEBA MURUPU

IMÓVEL =X=

MUNICÍPIO BOA VISTA

U.F.: RORAIMA

[REDACTED]

NORTE C/Estrada do Bom Intento

ESTE C/o Sítio Guainumbi II

SUL C/Rio Cauamé

OESTE C/Sítio São Luiz

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Partindo do marco 3/A de coordenadas [REDACTED] e, [REDACTED] E, localizado a margem direita da Estrada do Bom Intento. E, deste, por uma linha reta limitando com o Sítio Guainumbi II, no azimuth de  $171^{\circ}39'$  e distância de 1.177,03m até o marco 4/A. Deste, por uma linha quebrada de três elementos, limitando com o Rio Cauamé, nos azimuths e distâncias respectivos de  $288^{\circ}55'$  e 36,70m;  $330^{\circ}53'$  e 192,97m;  $287^{\circ}31'$  e 65,08m, até o marco nº4. E deste por uma linha reta, limitando com o Sítio São Luiz, no azimuth de  $352^{\circ}25'$  e distância de 950,62m, até o marco 3. E deste, por outra linha reta limitando com a margem direita da estrada do Bom Intento, no azimuth de  $81^{\circ}19'$  e distância de 146,99m, até o marco 3/A, ponto inicial da descrição deste perímetro.

- “Os interesses públicos em conflitos são condicionalmente [*rectus*: constitucionalmente] relevantes. De um lado, o Autor prima pela defesa do patrimônio e dos valores da União; de outro, os requeridos demandam a institucionalização material do Estado de Roraima .
- Essa institucionalização não está concluída pela incompreensão, desde a leitura do artigo 14 do ADCT, culminando numa leitura imperfeita da Lei Marluce (Lei nº10.304/2001), culminando por uma leitura incompleta do Decreto nº 6754/2009.
- Sem essa institucionalização material Roraima não passará de um Estado fictício, sujeito à serviência do poder público central ou dos mandatários do momento.
- Sem essa institucionalização material, a sociedade continuará refém da economia do contra cheque, com todos os seus subprodutos deletérios, tais como a formação de currais eleitorais, o mandonismo e o patrimonialismo.
- Ninguém, de sã consciência comprometido com o presente e o futuro do Estado e da sociedade de Roraima, pode se opor a essa institucionalização.”

Boa Vista, 15 de Setembro de 2017.

**Helder Girão Barreto**

Juiz Federal



Obrigado!!!

[marciograngoiro@bol.com.br](mailto:marciograngoiro@bol.com.br)